



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E  
NOTAS EXPLICATIVAS

2025

Florianópolis/SC



## **PRESIDÊNCIA**

Desembargador Rubens Schulz

## **CORREGEDORIA**

Desembargador Dinart Francisco Machado

## **DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA**

DGA Alexsandro Postali

## **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Diretor Eduardo Cardoso Silva

## **DIVISÃO DE CONTABILIDADE**

Contadora Ellen White Baiense Concenço

## **EQUIPE TÉCNICA**

Contadora Ellen White Baiense Concenço

Contadora Ariane Debastiani

Contadora Mara Beatriz Guarda Lara

## SUMÁRIO

1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
2 POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	5
3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES .....	7
3.1 BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
3.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante .....	9
3.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante.....	14
3.1.3 Patrimônio Líquido .....	17
3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP).....	18
3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) .....	19
3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) .....	21
3.3 BALANÇO FINANCEIRO.....	22
3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	23
3.4.1 Receitas Orçamentárias.....	24
3.4.2 Despesas Orçamentárias .....	24
3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) .....	26
4 PRÁTICAS DE CONFORMIDADE CONTÁBIL E GESTÃO .....	30
5 REGULARIDADE DOS INVENTÁRIOS .....	31

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A organização da justiça nos estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, 98, 100 e 125), na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/1979) e na Constituição do Estado de Santa Catarina. De acordo com o art. 77 da Constituição Estadual, os órgãos que integram o Poder Judiciário Estadual são:

- I - Tribunal de Justiça;
- II - Tribunais do Júri;
- III - Juízes de Direito e os Juízes Substitutos;
- IV - Justiça Militar;
- V - Juizados Especiais e as Turmas de Recursos;
- VI - Juízes de Paz;
- VII - Outros órgãos instituídos em lei.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina foi criado em 01 de outubro de 1891, pela Emenda Constitucional nº 45. No entanto, sua instalação foi concluída apenas em 21 de junho de 2005. A sede está situada na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis, SC, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado catarinense, num total de 111 Comarcas constituídas. É composto por 96 desembargadores, 445 juízes, 5.933 servidores, 18 juízes leigos e 2.432 estagiários e bolsistas.

São órgãos do Tribunal de Justiça, nos termos do art. 4º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

- I - Tribunal Pleno, composto por todos os membros da Corte e convocado mediante sessão extraordinária;
- II - Órgão Especial, composto por 25 membros e com competência prevista no art. 58 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;
- III - Seção Criminal;
- IV - Grupos de câmaras de direito civil, os grupos de câmaras de direito comercial, os grupos de câmaras de direito público e os grupos de direito criminal;
- V - Câmaras de direito civil, as câmaras de direito comercial, as câmaras de direito público, as câmaras criminais, as câmaras especiais e a câmara de recursos delegados; e
- VI - Comissões, os conselhos e demais órgãos administrativos criados na estrutura do Poder Judiciário do Estado.

## 2 POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis à contabilidade pública, sobretudo, Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Instrução Normativa TC nº 020/2015 e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Os demonstrativos contábeis quantitativos foram elaborados a partir de informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e são compostos pelos seguintes relatórios:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis é o real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea a, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (Resolução CFC nº 1.330/2011), combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

As disponibilidades e os créditos e obrigações estão mensurados pelo valor original. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição. Para mensurar as saídas, é utilizado o método do custo médio ponderado.

As normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pela Resolução nº 34/2011 GP, alterada pela Resolução nº 44/2022 GP. O objetivo é atender o inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP); bem como os Princípios de Contabilidade. Por isso, a conta de Depreciação Acumulada apresenta valores referentes aos bens adquiridos desde janeiro de 2010. Pela legislação vigente, estão dispensados desses procedimentos os bens na seguinte situação:

- I - Natureza cultural, interesse histórico, entre outros;
- II - De uso comum, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- III - Que não estejam alugados ou em uso;

#### IV - Terrenos.

O método de depreciação e amortização é o de quotas constantes. O valor residual é um percentual calculado sobre o valor de aquisição ou reavaliação. A vida útil e as taxas de depreciação e amortização aplicadas estão demonstradas no quadro 1.

Bens	Vida Útil	VI. Residual	Depreciação
Edificações	25	10%	4%
Instalações	10	10%	10%
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	10	10%	10%
Mobiliário e utensílios em geral	10	10%	10%
Equipamentos de tecnologia da informação	5	10%	20%
Coleções de Materiais Bibliográficos	10	0%	10%
Discotecas e Filmotecas	5	10%	20%
Veículos Diversos	15	10%	7%
Veículos de Tração Mecânica	15	30%	7%
Veículos de Uso da Secretaria	5	40%	20%
Veículos de Carga	10	50%	10%
Softwares	5	-	20%

**Quadro 1: Taxas de depreciação do imobilizado**

A contabilização de Ativo Intangível fundamenta-se no tipo de bem e na vida útil, sendo amortizados os que possuem vida útil definida. Os bens cuja vida útil é indefinida não devem ser amortizados. A política adotada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a amortização dos softwares desenvolvidos ou adquiridos, que possuem vida útil superior a dois anos e que podem ser mensurados de forma confiável.

A aquisição de licenças de uso de softwares e atualizações por período superior a um ano é lançada no ativo, em despesas pagas antecipadamente. A amortização é feita mensalmente até o encerramento do período contratado.

### 3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

As demonstrações contábeis são elaboradas com base na Lei nº 4.320/1964, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e na Instrução Normativa TC nº 020/2015.

A contabilidade desta unidade é realizada através do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), que tem por finalidade realizar o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil, consolidando as informações de todas as unidades gestoras que compõem o orçamento público estadual. Os demonstrativos foram extraídos do SIGEF e acrescentadas as notas explicativas, de modo a ofertar maiores esclarecimentos aos usuários da informação contábil.

#### 3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

É a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, através de contas representativas do patrimônio público, compensação, financeiras e permanentes. O quadro 2 demonstra a situação patrimonial.

Contas	2025	2024
<b>ATIVO</b>	<b>9.943.194.181,73</b>	<b>8.919.399.811,30</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>9.082.051.489,62</b>	<b>8.231.130.796,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.057.415.683,02	8.204.836.585,23
Outros Créditos a Receber	190.457,45	10.599.856,86
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	-	-
Estoques	24.405.843,85	15.352.135,04
Prêmios de Seguros a Apropriar		10.692,00
Assinaturas e Serviços a Apropriar	39.505,30	331.527,80
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>861.142.692,11</b>	<b>688.269.014,37</b>
Créditos a LP - Dívida Ativa Não Tributária	242.782,94	-
Investimentos	88.281,88	88.281,88
Imobilizado	851.828.253,00	677.331.497,90
Bens Móveis	377.955.670,87	336.995.504,20
Bens Imóveis	710.796.428,58	557.175.198,76
(-) Depreciação e Amortização	- 236.923.846,45	- 216.839.205,06
Intangível	8.983.374,29	10.849.234,59
Softwares	40.721.760,17	38.260.269,69
(-) Amortização Acumulada	- 31.738.385,88	- 27.411.035,10
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>9.943.194.181,73</b>	<b>8.919.399.811,30</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>8.305.672.472,52</b>	<b>7.548.979.980,25</b>
Obrigações Trab. Prev. e Assistenciais a	674.779,09	1.148.532,73
Precatórios de Fornecedores a Curto Prazo	37.198,50	325.017,17
Valores Restituíveis	8.300.169.011,14	7.547.442.627,72
Outras Obrigações a CP - Precatórios	4.791.483,79	63.802,63
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>5.145.303,08</b>	<b>4.638.486,42</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	5.145.303,08	4.638.486,42
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.632.376.406,13</b>	<b>1.365.781.344,63</b>
Reserva de Reavaliação	12.483.341,71	-
Resultados Acumulados	1.619.893.064,42	1.365.781.344,63

**Quadro 2: Balanço Patrimonial**

Os atos potenciais são compromissos assumidos com terceiros, que irão impactar resultados futuros. Decorrem de contratos de serviços e bens contratados a longo prazo. São registrados em contas de compensação e estão demonstrados no quadro 3.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-
Obrigações Contratuais	358.177.288,35	47.237.761,02
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>358.177.288,35</b>	<b>47.237.761,02</b>

**Quadro 3: Quadro das Contas de Compensação**

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, financeiro e permanente, conforme se demonstra no quadro 4.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>ATIVO</b>		
Ativo Financeiro	9.057.415.683,02	8.215.013.752,33
Ativo Permanente	885.778.498,71	704.386.058,97
<b>Total Ativo (I)</b>	<b>9.943.194.181,73</b>	<b>8.919.399.811,30</b>
<b>PASSIVO</b>		
Passivo Financeiro	8.317.444.016,49	7.557.407.475,15
Passivo Permanente	10.648.764,46	6.161.659,36
<b>Total Passivo (II)</b>	<b>8.328.092.780,95</b>	<b>7.563.569.134,51</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)</b>	<b>1.615.101.400,78</b>	<b>1.355.830.676,79</b>

**Quadro 4: Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**

O quadro do superávit/déficit financeiro por fonte de recursos é parte integrante do Balanço Patrimonial e está demonstrado no quadro 5.

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTE DE RECURSOS	2025	2024
1.500.100.000	831.822,77	10.251.865,31
1.501.101.000	1.397.359,75	1.265.312,21
1.501.240.000	(296.894,34)	1.331.100,23
1.501.260.000	6.401.451,67	5.333.543,52
1.501.269.000	1.536.534,77	1.678.324,45
1.501.282.000	40.435.342,10	27.326.270,14
1.756.298.000	253.051,40	419.370,00
1.799.282.000	17.620.199,11	7.716.816,09
1.799.283.000	395.517.233,75	134.580.104,55
2.500.100.000	42.317,22	6.512,88
2.501.101.000	16.863.693,37	15.598.381,16
2.501.240.000	7.526.161,20	6.195.060,97
2.501.260.000	28.451.825,76	23.118.282,24
2.501.269.000	5.035.736,32	3.357.411,87
2.501.282.000	83.515.761,32	66.189.491,18
2.755.198.000	311.500,80	311.500,80
2.756.298.000	4.369.334,26	3.949.964,26
2.760.282.000	34.394.256,33	34.394.256,33
2.799.282.000	17.321.225,44	9.619.681,90
2.799.283.000	78.443.753,53	304.963.027,09
<b>TOTAL</b>	<b>739.971.666,53</b>	<b>657.606.277,18</b>

**Quadro 5: Quadro do Superávit e Déficit Financeiro**

Os saldos apurados nesse quadro decorrem da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

### 3.1.1 Ativo Circulante e Não Circulante

Esses grupos de contas formam a origem dos recursos utilizados nas atividades da instituição, apresentando os bens e direitos que se realizarão a curto e longo prazo.

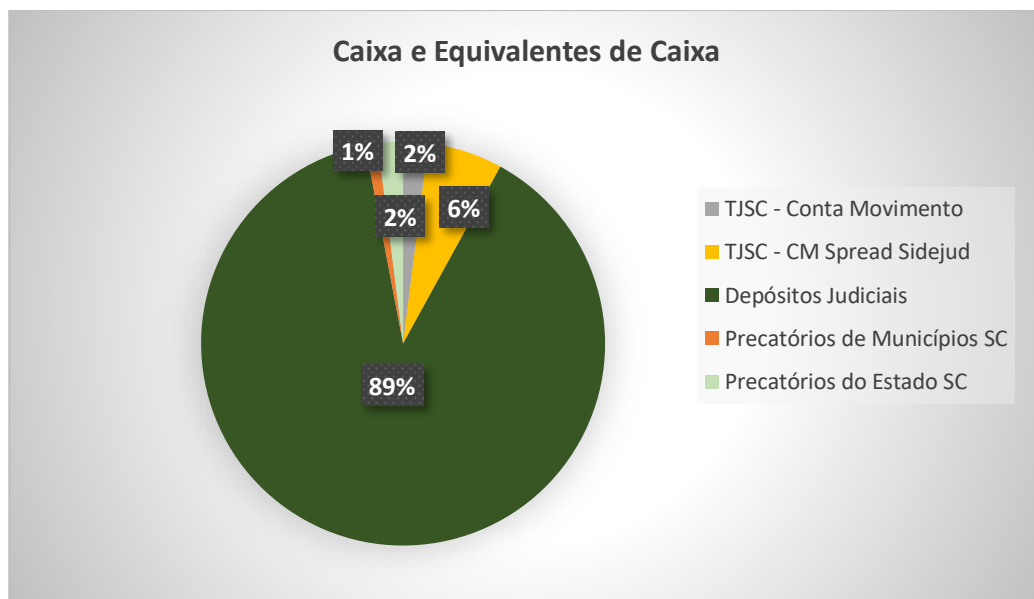
#### 3.1.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta as disponibilidades financeiras, incluindo os valores depositados em contas correntes e os investimentos de liquidez imediata, conforme se demonstra no quadro 6.

Descrição	2025	2024
TJSC - Conta Movimento	237.011.864,89	192.327.524,27
TJSC - CM Spread Sidejud	521.776.466,60	466.440.315,93
Depósitos Judiciais	8.107.162.389,53	7.258.703.421,96
Precatórios de Municípios SC	38.679.580,35	43.318.797,86
Precatórios do Estado SC	152.371.880,68	243.601.340,84
Cauções	413.500,97	445.184,37
<b>Total</b>	<b>9.057.415.683,02</b>	<b>8.204.836.585,23</b>

**Quadro 6: Demonstrativo de disponibilidades bancárias**

No gráfico 1, pode-se visualizar a composição das disponibilidades bancárias, onde se observa que os recursos próprios compreendem 8% e, dentre os recursos de terceiros, a maior participação é dos depósitos judiciais (89%). Também se observa, considerando o exercício anterior, que houve redução de 37,5% no saldo para pagamento de precatórios estaduais.



**Gráfico 1: Caixa e Equivalentes de Caixa**

### 3.1.1.2 Estoques

Os bens são adquiridos e automaticamente contabilizados no ativo imobilizado, devido à política contábil definida no SIGEF. Porém, no Tribunal de Justiça, os bens são inicialmente estocados e transferidos para o imobilizado, conforme o tombamento.

Para mensurar o custo dos bens de consumo, utiliza-se o método do custo médio ponderado; enquanto dos bens destinados ao patrimônio, o custo de aquisição. Além dos bens adquiridos pela própria UG do Tribunal de Justiça, ingressam também nos estoques os bens recebidos em transferência do Fundo de Reparelhamento da Justiça.

Os recursos aplicados em estoques aumentaram 60% em relação ao exercício anterior. Em 31/12/2025, o saldo total era de R\$ 24.405.843,85, sendo R\$ 3.816.374,03 de materiais de consumo e R\$ 20.589.469,82, de bens móveis, todos depositados no Almoxarifado Central.

### 3.1.1.3 Outros Direitos a Realizar

A conta Assinaturas e Anuidades a Apropriar apresenta valores decorrentes de adiantamentos a fornecedores pela aquisição de sistemas informatizados pagos no início da contratação, porém, com a prestação dos serviços em períodos posteriores. O detalhamento está demonstrado no quadro 7.

	Valor em R\$	Prazo Restante/meses
Subscrição de Licença	37.432,00	6
Subscrição de Licença	2.083,30	10
<b>Total</b>	<b>39.515,30</b>	

**Quadro 7: Despesas Pagas a Apropriar**

### 3.1.1.4 Imobilizado

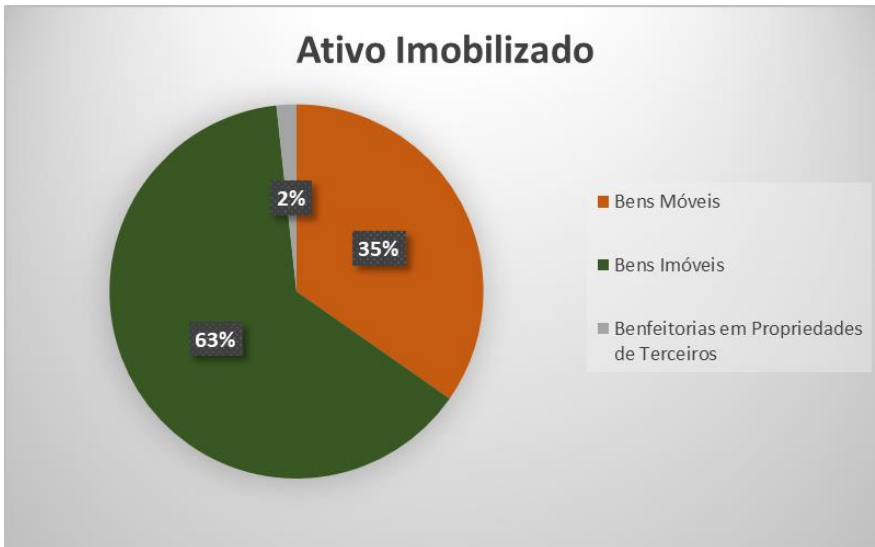
Nessa conta estão contabilizados valores decorrentes da incorporação de bens móveis e imóveis, além das depreciações e amortizações acumuladas, conforme se demonstra no quadro 8.

Descrição	Valor Bruto	Depr./Amortiz. Acumuladas	Valor Líquido
Bens Móveis	377.955.670,87	169.248.870,96	208.706.799,91
Bens Imóveis	692.044.186,98	65.271.335,93	626.772.851,05
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	18.752.241,60	2.403.639,56	16.348.602,04
<b>Total</b>	<b>1.088.752.099,45</b>	<b>236.923.846,45</b>	<b>851.828.253,00</b>

**Quadro 8: Resumo do Imobilizado**

A conta benfeitorias em propriedades de terceiros contempla valores de reformas realizadas em imóveis alugados, cuja amortização ocorre durante o período contratado.

O Gráfico 2 evidencia a classificação dos bens permanentes.



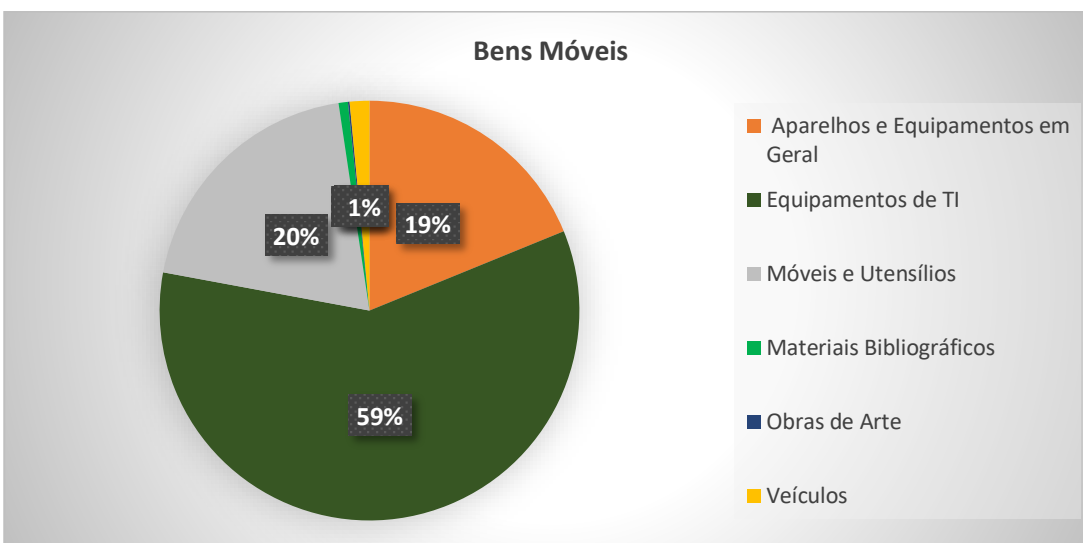
**Gráfico 2: Bens do Ativo Imobilizado**

O quadro 9 apresenta a composição dos bens móveis por tipo de bem.

Descrição	2025	2024
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	71.169.604,96	57.503.304,31
Equipamentos de Tecnologia da Informação	223.329.050,38	193.440.704,89
Móveis e Utensílios	74.537.837,37	73.716.380,00
Coleções e Materiais Bibliográficos	2.715.603,70	2.291.004,96
Obras de Arte e Peças para Exposição	494.070,07	494.070,07
Veículos	5.709.504,39	9.550.039,97
<b>Total</b>	<b>377.955.670,87</b>	<b>336.995.504,20</b>

**Quadro 9: Bens Móveis**

No gráfico 3, demonstram-se os bens móveis, onde se observa que 59% dos recursos estão concentrados em equipamentos de Tecnologia da Informação. Os bens de menor participação são obras de arte e materiais bibliográficos.



**Gráfico 3: Composição dos Bens Móveis**

Os bens imóveis consistem em edificações, terrenos, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, conforme se demonstra no quadro 10.

Descrição	2025	2024
Edificações	542.744.649,12	443.896.317,75
Terrenos	127.215.328,09	72.858.378,79
Instalações	22.084.209,77	21.692.890,62
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	18.752.241,60	18.727.611,60
<b>Total</b>	<b>710.796.428,58</b>	<b>557.175.198,76</b>

**Quadro 10: Bens Imóveis**

Os registros de movimentação dos bens, depreciação e amortização têm como base os dados fornecidos pela Divisão de Patrimônio/DMP.

Entretanto, nos exercícios de 2010 e 2021 a 2025, foram contabilizados imóveis em uso, sem registro de tombamento, considerando o disposto no PA nº 419359-2011.8, no art. 6º da Lei 8.067/1990 e nas NBCs TSP, conforme se demonstra no quadro 11.

Unidade	Edificação	Instalação
Abelardo Luz	276.722,74	-
Almoxarifado	12.750,00	376.483,06
Araquari	206.258,72	-
Armazém	3.340,00	-
Balneário Camboriú	542.676,27	-
Balneário Camboriú - Vara Família	1.962.914,07	-
Blumenau	7.600.333,04	-
Blumenau - Protocolo/FURB	-	13.654,50
Caçador	1.825.667,97	-
Capital - Eduardo Luz	-	105.130,00
Campo Erê	50.271,57	-
Campos Novos	286.793,88	-
Coronel Freitas	2.540,00	-
Curitibanos	401.781,01	-
Forquilha	-	11.480,00
Garuva	15.504.609,71	99.789,90
Guaramirim	-	94.100,16
Herval do Oeste	17.690.951,19	-
Içara	2.750,00	-
Imbituba	31.951.759,94	-
Itapema	-	-
Itapoá	1.147.517,49	-
Jaguaruna	2.900,00	-
Jaraguá do Sul	191.879,31	-
Lages	4.848.627,62	-
Laguna	259.604,04	-
Lauro Muller	3.500,00	-
Mafra	3.000,00	-
Modelo	6.440,00	-
Mondaí	3.528.349,29	-
Norte da Ilha	2.270.987,28	-
Norte da Ilha - Canasvieiras	1.890,00	7.917,94
Orleans	3.050,00	-
Palhoça	11.517.796,41	170,00

**Quadro 11: Bens Imóveis não Incorporados (continua)**

Unidade	Edificação	Instalação
Palmitos	173.804,48	-
Ponte Serrada	3.140,00	-
Porto Belo	2.100,00	-
Presidente Getúlio	164.681,66	-
Rio do Oeste	22.455,37	-
Rio do Sul	32.938.194,44	-
Rio Negrinho	329.423,48	-
Santa Cecília	3.000,00	-
Santa Rosa do Sul	146.524,64	-
Santo Amaro da Imperatriz	4.054.556,87	-
São José	3.443.617,81	-
São José do Cedro	170.511,94	-
São Lourenço do Oeste	172.807,69	124.415,00
Sombrio	285.692,52	-
Tangará	3.840,00	-
Taió	163.806,51	-
Tijucas	3.325,00	-
Timbó	21.257.675,25	3.300,00
Tubarão	494.820,97	-
Urubici	3.050,00	-
Urussanga	222.914,89	-
Tribunal de Justiça - Torre I	2.130.772,34	1.490.623,64
Tribunal de Justiça - Torre II	76.196,00	302.858,68
<b>Total</b>	<b>168.097.850,67</b>	<b>2.629.922,88</b>

**Quadro 11: Bens Imóveis não Incorporados**

Os bens móveis e imóveis adquiridos em períodos anteriores a 2010 foram reavaliados em 2015, nos termos da Resolução nº 34/2011 GP. O trabalho foi realizado por uma Comissão Especial, composta por servidores das áreas de Contabilidade, Engenharia, Tecnologia da Informação e Patrimônio. Porém não houve registro devido a falhas no Sistema de Patrimônio.

Em 2023, foi realizada nova reavaliação dos bens imóveis e emitido laudo por uma omissão de servidores do Tribunal de Justiça, cujos valores estão evidenciados no quadro 12.

Especificação	Custo Aquisição	Depreciação	VLC	Reavaliação	Res. Reavaliação
Edificações	412.395.888,70	43.397.907,43	368.997.981,27	763.830.155,70	394.832.174,43
Terrenos	68.117.978,54	-	68.117.978,54	803.090.768,99	734.972.790,45
Instalações	21.570.918,08	3.178.531,08	18.392.387,00	-	-
<b>Total</b>	<b>502.084.785,32</b>	<b>46.576.438,51</b>	<b>455.508.346,81</b>	<b>1.566.920.924,69</b>	<b>1.129.804.964,88</b>

**Quadro 12: Quadro Resumo da Reavaliação**

No entanto, os registros da nova reavaliação também não foram efetuados, haja vista a ausência de requisitos mínimos no laudo, como valor residual e reavaliação das instalações.

### 3.1.1.5 Intangível

No intangível estão registrados os softwares adquiridos e os desenvolvidos desde o exercício de 2010, no valor de R\$ 40.721.760,17, cuja amortização acumulada é de R\$ 31.738.385,88.

### 3.1.2 Passivo Circulante e Não Circulante

As obrigações com vencimento a curto e longo prazo estão registradas nas contas do passivo. As primeiras se referem, sobretudo, a depósitos judiciais e a precatórios, e as de longo prazo, a precatórios do próprio órgão.

#### 3.1.2.1 Valores Restituíveis

São compostos por recursos de terceiros, os quais deverão ser devolvidos a qualquer tempo. Por isso, seu registro é no grupo de contas de curto prazo.

O quadro 13 apresenta a composição dessa conta.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Cauções	413.500,97	445.184,37
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	8.107.162.389,53	7.258.703.421,96
Depósitos para Pagamento de Precatórios do Estado	151.658.450,87	241.389.734,47
Depósitos para Pagamento de Precatórios de Municípios	38.679.580,35	43.318.797,86
Depósitos Diversos	778.310,45	2.254.402,73
Contribuição ao RGPS	1.476.778,97	1.331.086,33
<b>Total</b>	<b>8.300.169.011,14</b>	<b>7.547.442.627,72</b>

**Quadro 13: Valores Restituíveis**

O saldo mais representativo se refere aos depósitos judiciais, seguido dos depósitos para pagamento de precatórios, entregues por entes públicos, a fim de garantir os direitos dos credores. As cauções decorrem de garantias contratuais e os depósitos diversos são registros temporários e oriundos da rentabilidade dos precatórios e dos pagamentos devolvidos por inconsistências nos dados bancários.

#### 3.1.2.2 Depósitos Judiciais (DJ)

Esses depósitos decorrem de valores entregues à Justiça pelas partes em demandas processuais. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) os administra diretamente através do Sistema SIDEJUD, que mantém os valores em subcontas, conforme determinado em Juízo.

A conta bancária onde os depósitos são realizados é da Caixa Econômica Federal. Os recursos são aplicados no Fundo de Investimento do Judiciário e a rentabilidade é destinada à remuneração das subcontas pelo índice dos depósitos de poupança do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/remuneradepositospoupanca>). O excedente ou *spread* é empregado pelo TJSC em suas atividades, conforme definido na Resolução GP nº 42 de 26 de outubro de 2015. O saldo bruto da conta Depósitos Judiciais é de 9,7 bilhões de reais. Entretanto, foram concedidos empréstimos de parte desses recursos ao estado e a municípios de Santa

Catarina, os quais estão contabilizados em contas redutoras do passivo, resultando em um saldo líquido de 8,1 bilhões de reais.

Os empréstimos concedidos ao estado e a municípios de Santa Catarina, nos termos das Emendas Constitucionais nº 94/2016 e nº 99/2017 e da Lei Complementar Estadual nº 706/2017, estão demonstrados no quadro 14.

Ente	Data Transferência	2025	2024
Estado de Santa Catarina	07/12/2017	1.327.841.356,02	1.217.011.489,89
Município de Araranguá	30/01/2018	5.363.737,99	4.789.400,40
Município de Chapecó	22/01/2018	10.451.444,45	13.582.482,01
Município de Criciúma	02/03/2018	28.211.051,83	25.188.095,99
Município de Florianópolis	30/01/2018	175.475.427,99	108.079.871,41
Município de Içara	20/12/2017	3.339.849,36	2.982.540,17
Município de Lauro Muller	27/07/2018	315.518,74	281.582,39
Município de Siderópolis	10/04/2018	944.698,06	1.014.831,29
Município de Tubarão	10/04/2018	20.699.847,58	18.479.526,26
<b>Total</b>		<b>1.572.642.932,02</b>	<b>1.391.409.819,81</b>

**Quadro 14: Depósitos Judiciais de Terceiros Disponibilizados aos Entes**

Tratam-se de valores depositados por terceiros em decorrência de decisão judicial. Por isso, os entes beneficiados deverão devolvê-los ao Poder Judiciário em parcelas mensais atualizadas, em prazo não superior a 10 anos, conforme determina a Lei Estadual 706/2017, art. 7º, Inciso II.

Os valores liberados com base na Lei Complementar nº 151/2015 e Lei nº 11.429/2006, conforme se demonstra no quadro 15, decorrem de ações nas quais os próprios entes são parte interessada. Os saques estão limitados a 70% para os municípios e 80% para o estado, mantendo-se um Fundo de Reserva, que vem sendo atualizado monetariamente em periodicidade mensal.

Entidade	Saldo dos depósitos (100%)*	Valor Transferência	Saldo Fundo de Reserva	% do Fundo de Reserva
Estado de Santa Catarina - PE	393.312.902,37	303.410.267,44	95.680.475,96	24%
Município de Araranguá	6.086.319,12	4.260.423,43	2.281.007,24	37%
Município de Balneário Camboriú	34.977.171,55	24.484.020,26	12.421.045,05	36%
Município de Blumenau	29.233.828,70	20.463.680,39	11.862.857,40	41%
Município de Campos Novos	42.061.990,80	29.443.393,56	15.139.396,83	36%
Município de Chapecó	13.808.472,65	10.331.833,24	4.449.334,41	32%
Município de Criciúma	1.288.856,53	954.251,22	438.278,90	34%
Município de Florianópolis	12.910.997,00	9.041.615,92	5.221.850,67	40%
Município de Imbituba	890.313,63	623.219,35	304.190,06	34%
Município de Indaial	41.800,06	29.260,11	15.841,30	38%
Município de Itapema	3.789,92	2.652,94	1.137,40	30%
Município de Joinville	3.100.811,66	2.170.568,23	1.488.040,39	48%
Município de Lages	1.542.717,14	1.079.902,16	638.572,62	41%
<b>Total</b>	<b>539.259.971,13</b>	<b>406.295.088,25</b>	<b>149.942.028,23</b>	<b>28%</b>

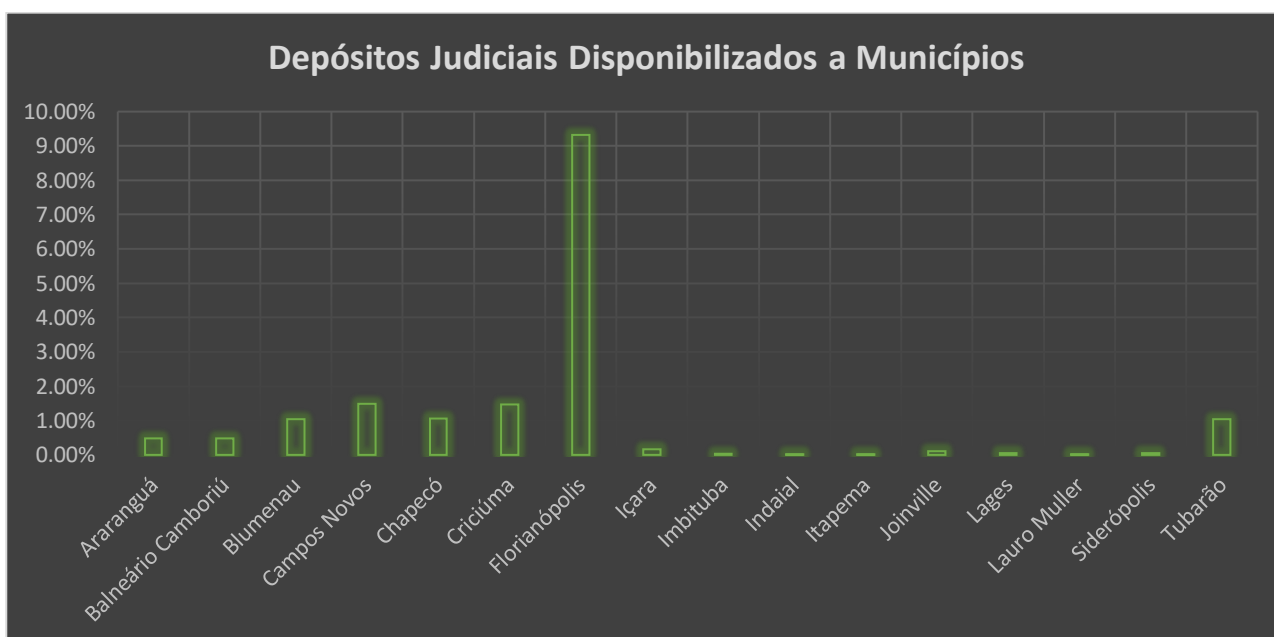
**Quadro 15: Depósitos Judiciais Realizados pelos Entes**

O saldo total de Depósitos Judiciais disponibilizado ao estado e a municípios está demonstrado no quadro 16.

Entidade	Valor Transferência
Estado de Santa Catarina	1.631.251.623,46
Município de Araranguá	9.624.161,42
Município de Balneário Camboriú	24.484.020,26
Município de Blumenau	20.463.680,39
Município de Campos Novos	29.443.393,56
Município de Chapecó	20.783.277,69
Município de Criciúma	29.165.303,05
Município de Florianópolis	184.517.043,91
Município de Içara	3.339.849,36
Município de Imbituba	623.219,35
Município de Indaial	29.260,11
Município de Itapema	2.652,94
Município de Joinville	2.170.568,23
Município de Lages	1.079.902,16
Município de Lauro Muller	315.518,74
Município de Siderópolis	944.698,06
Município de Tubarão	20.699.847,58
<b>Total</b>	<b>1.978.938.020,27</b>

**Quadro 16: DJ Utilizados para Pagamento de Precatórios**

O gráfico 4 apresenta a participação de cada ente no saldo de Depósitos Judiciais disponibilizados aos municípios, em 31/12/2025, e que deverão ser devolvidos à conta única, administrada pelo Tribunal de Justiça.



**Gráfico 4: Depósitos Judiciais Liberados a Municípios**

Esses valores não foram entregues aos entes, mas transferidos às contas especiais para o pagamento de precatórios. Essas contas são administradas pelo Poder Judiciário

(<https://www.tjsc.jus.br/web/orcamento-e-financas/conversao-de-depositos-judiciais-em-pagamentos-de-precatorios>).

### 3.1.2.3 Precatórios

Precatório é uma requisição de pagamento expedida pela Justiça demandando a um órgão ou entidade pública que liquide determinada dívida, resultante de uma ação judicial transitada em julgado.

Os precatórios são pagos por ordem cronológica, conforme sua natureza. Primeiramente, são pagos os precatórios de natureza alimentar, considerados prioritários. Se enquadram nessa faixa, as condenações cujos titulares possuam 60 anos ou mais de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou tenham deficiência, na forma da lei, até o valor equivalente ao triplo fixado pela legislação, de acordo com o disposto na Constituição Federal, art. 100, § 3º.

Na sequência, estão os precatórios alimentares, decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, conforme o art. 100, § 2º, da Constituição Federal e, por fim, são pagos os demais.

No passivo, estão contabilizados os precatórios em que o próprio ente é a parte demandada, conforme se demonstra no quadro 17.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Precatórios de Pessoal a CP	544.043,27	910.560,01
Precatórios de Fornecedores a CP	37.198,50	63.802,63
Precatórios de Pessoal a LP	4.816.012,32	4.638.486,42
Precatórios de Fornecedores Nacionais a LP	329.290,76	325.017,17
<b>Total</b>	<b>5.726.544,85</b>	<b>5.937.866,23</b>

**Quadro 17: Precatórios do Tribunal de Justiça a Pagar**

Também estão contabilizados no passivo, como recursos de terceiros, os depósitos para pagamento de precatórios do Estado e dos Municípios, num total de R\$ 190 milhões. Esses valores estão depositados em contas especiais administradas pelo Poder Judiciário Estadual.

### 3.1.3 Patrimônio Líquido

Nesse grupo de contas são contabilizados ajustes e superávits ou déficits de exercícios anteriores e resultados acumulados.

No exercício de 2025, ocorreram retificações de exercícios anteriores, no total de R\$ 434.122,77, sendo R\$ 422.689,76 referentes a reclassificação entre contas, devido a duplicidade no registro da parcela de manutenção do processamento da folha de pagamento no Banco do Brasil;

R\$ 990,00, decorrentes da inclusão de bens de consumo no estoque e R\$ 12.423,01, relacionados a depreciação de bens móveis não ocorrida em época oportuna.

Após o ajuste, o Patrimônio Líquido apresentou resultados acumulados no valor de R\$ 1.619.893.064,42, enquanto, no exercício anterior, esse saldo foi de R\$ 1.317.188.824,72, apresentando um acréscimo no resultado de 18,6%.

### 3.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Este demonstrativo é similar à Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) empresarial, porém, substitui o lucro pelo resultado patrimonial, como indicador de desempenho. As alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária são evidenciadas pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD). No quadro 18, demonstra-se a DVP referente aos dois últimos exercícios.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>	<b>5.025.632.648,21</b>	<b>4.309.983.188,32</b>
Receita de Serviços	8.417.177,69	12.090.573,91
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	587.887.650,53	373.033.890,36
Transferências Intragovernamentais	4.162.557.609,17	3.828.285.280,26
Transferências das Instituições Privadas	405.000,00	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	227.099.314,86	91.889.312,33
Ganhos com Incorporação de Ativos e Desinc. Passivos	37.300.271,41	2.816.784,42
Ganhos com Alienação de Ativos	17.111,40	119.510,00
Multas Administrativas	159.436,91	115.005,49
Indenizações e Restituições	1.789.076,24	1.632.831,55
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>	<b>4.771.086.805,65</b>	<b>4.261.330.668,41</b>
Pessoal e Encargos	3.354.915.159,27	3.076.332.045,55
Remuneração a Pessoal	2.250.667.263,83	1.894.220.626,61
Encargos Patronais	266.758.177,64	322.756.696,49
Benefícios a Pessoal	323.246.742,02	246.477.867,53
Outras Variações - Pessoal e Encargos	514.242.975,78	612.876.854,92
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	889.038.346,57	775.702.352,61
Uso de Material de Consumo e Serviços	124.689.105,03	97.188.964,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	44.358.499,51	37.544.510,43
Variações Monetárias e Cambiais	324.055,43	1.191.046,89
Transferências e Delegações Concedidas	50.912.786,49	106.195.351,18
Transferências Intragovernamentais	25.218.850,59	101.035.706,64
Doações de Bens Móveis e Imóveis	25.693.935,90	5.159.644,54
Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	24.641.356,13	653.254,14
Inservibilidade de Bens	1.232.699,55	607.412,14
Desfalque de Bens	40.315,92	45.842,00
Desincorporação de Bens Móveis e Imóveis	6.246.832,16	-
Desincorporação de Outros Créditos a Receber	10.177.167,10	-
Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	6.944.341,40	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	259.320,73	224.503,25
Indenizações e Restituições	281.948.176,49	166.298.639,77
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>254.545.842,56</b>	<b>48.652.519,91</b>

Quadro 18: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

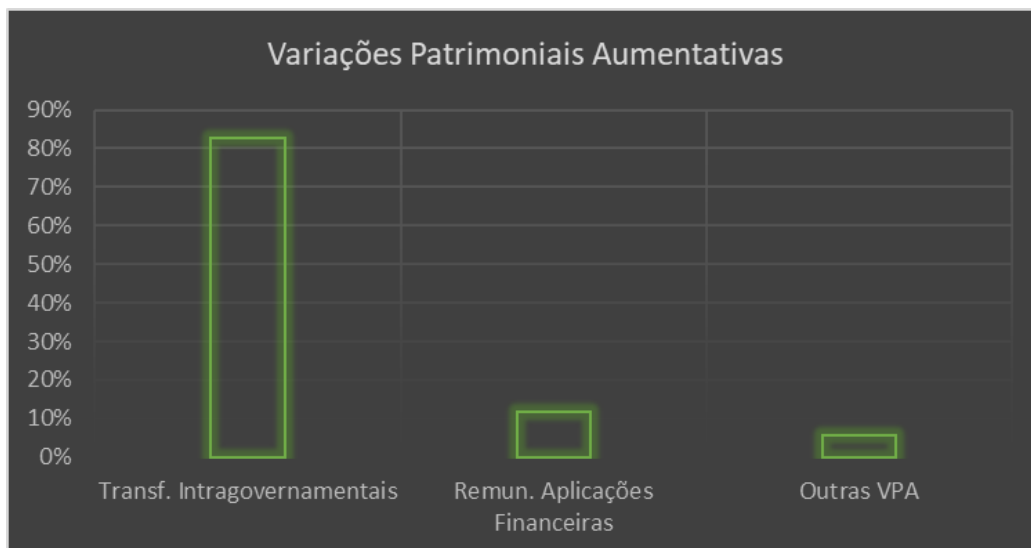
Este demonstrativo possibilita a análise das políticas adotadas, demonstrando as alterações no patrimônio público, tendo em vista o atendimento às demandas da sociedade. Desse modo, cabe destacar que, tendo a prestação de serviços como atividade essencial, o maior investimento dos recursos do Judiciário ocorre com pessoal e encargos sociais, incluindo-se aí os benefícios previdenciários.

### 3.2.1 Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) têm origem nas contas de classe 4, cujas especificações são detalhadas no balancete de verificação.

Considerando-se o exercício anterior, verifica-se um aumento de 17% nas VPA. As receitas de serviços decorrem da cessão ao Banco do Brasil para operacionalização da Folha de Pagamento, das taxas de inscrição em concurso e de outras cobranças administrativas. Também se observou que os rendimentos de aplicações financeiras tiveram um aumento de 58%, enquanto no exercício anterior houve queda de 20%.

Conforme se demonstra no gráfico 5, a conta com valor mais expressivo é a de transferências intragovernamentais, que representa 83% das VPA.



**Gráfico 5: Composição das VPA**

No Quadro 19, apresenta-se o detalhamento das transferências intragovernamentais, onde se verifica que a participação na Receita Líquida Disponível (RLD) responde por 80% dos recursos recebidos e a descentralização de recursos para o pagamento de inativos, por 20%.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Participação na Receita Líquida Disponível	3.328.474.641,80	3.089.172.753,40
Cotas ref. indenizações e restituições	1.397.359,75	1.265.312,21
Descentralização de recursos para pagamento de inativos	824.096.648,50	723.791.889,68
Arrecadação Financeira - SAT	849,33	-
Transferências entre contas bancárias	8.588.109,79	14.055.324,97
<b>Total</b>	<b>4.162.557.609,17</b>	<b>3.828.285.280,26</b>

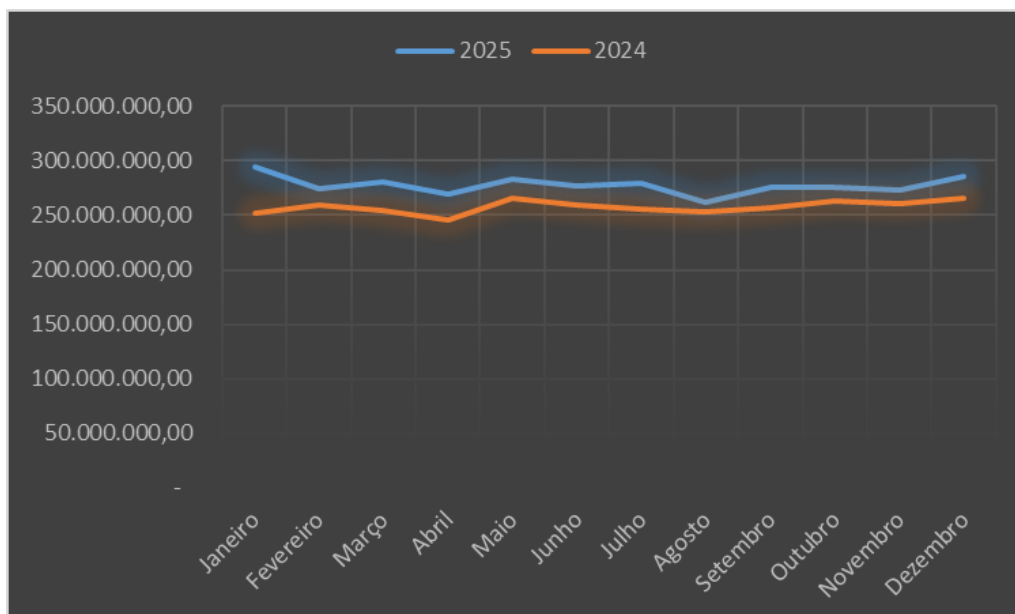
**Quadro 19: Transferências Intragovernamentais.**

A evolução da participação na Receita Líquida Disponível (RLD) está descrita no quadro 20.

Período	2025	2024	Perc.
Janeiro	294.690.470,01	252.323.098,04	16,8%
Fevereiro	274.543.780,75	259.885.302,93	5,6%
Março	279.941.891,27	254.523.568,74	10,0%
Abril	269.433.642,46	245.097.548,22	9,9%
Mai	282.444.853,44	265.498.558,46	6,4%
Junho	276.199.535,93	258.678.533,80	6,8%
Julho	279.821.064,49	255.150.971,00	9,7%
Agosto	262.265.967,49	252.778.244,42	3,8%
Setembro	275.045.211,64	256.610.664,89	7,2%
Outubro	275.330.878,91	262.610.328,08	4,8%
Novembro	273.350.196,55	260.417.077,26	5,0%
Dezembro	285.407.148,86	265.598.857,56	7,5%
<b>Total</b>	<b>3.328.474.641,80</b>	<b>3.089.172.753,40</b>	<b>7,7%</b>

**Quadro 20: Participação na Receita Líquida Disponível**

O gráfico 6 demonstra a evolução da participação na Receita Líquida Disponível do Estado.



**Gráfico 6: Evolução da participação na Receita Líquida Disponível**

Durante os exercícios de 2025 e 2024, não se observou oscilação relevante da arrecadação. Em 2025, o menor repasse de quotas das RLD ocorreu no mês de agosto e o maior, no mês de janeiro. No entanto, em 2025, verificou-se um acréscimo de aproximadamente 8% sobre o total, em relação ao exercício anterior.

### 3.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)

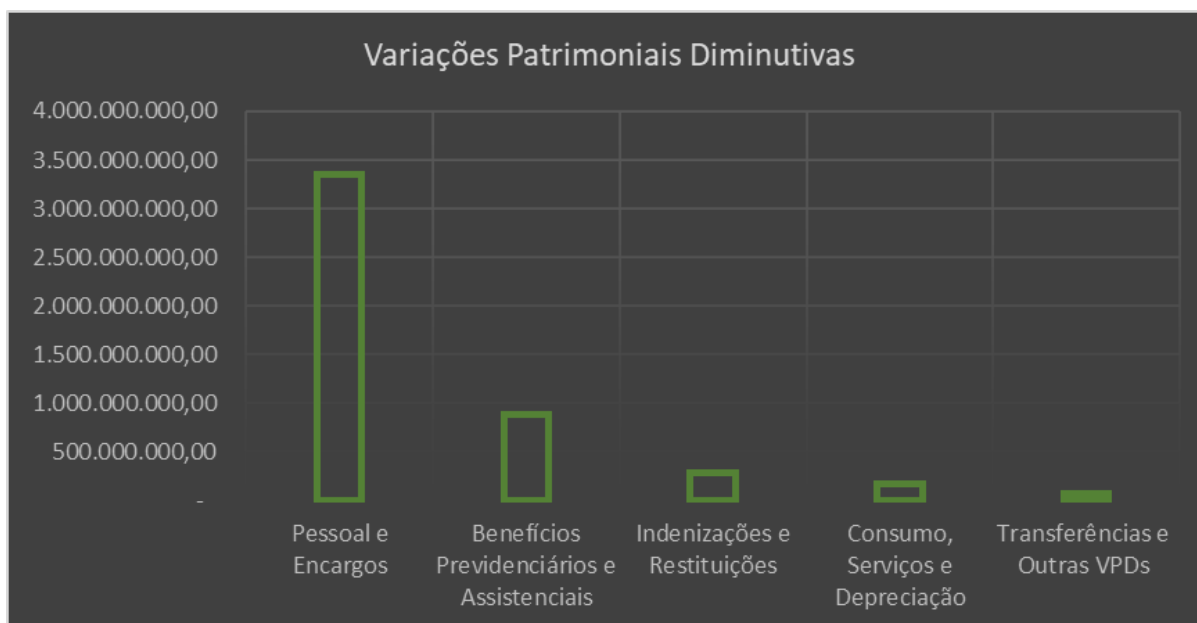
As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais têm origem nas contas de classe 3 apresentadas detalhadamente no balancete de verificação.

As VPD, descritas por natureza, estão demonstradas no quadro 21.

ESPECIFICAÇÕES	2025	2024
Pessoal e Encargos	3.354.915.159,27	3.076.332.045,55
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	889.038.346,57	775.702.352,61
Uso de Material de Consumo e Serviços	124.689.105,03	97.188.964,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	44.358.499,51	37.544.510,43
Variações Monetárias e Cambiais	324.055,43	1.191.046,89
Transferências e Delegações Concedidas	50.912.786,49	106.195.351,18
Inservibilidade de bens e outras variações	24.641.356,13	653.254,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	259.320,73	224.503,25
Indenizações e Restituições	281.948.176,49	166.298.639,77
<b>Total</b>	<b>4.771.086.805,65</b>	<b>4.261.330.668,41</b>

**Quadro 21: Variações Patrimoniais Diminutivas**

O gráfico 7 apresenta a relação entre as VPD por natureza de gasto.



**Gráfico 7: VPD por Natureza de Despesa**

As Variações Patrimoniais Diminutivas aumentaram 12% em relação ao exercício anterior. As VPDs de Pessoal e Encargos são as mais expressivas, representando 70% do total, tendo sofrido um acréscimo de 9%, atingindo em valores nominais um aumento de R\$ 278,5 milhões.

As demais variações juntas tiveram um incremento de aproximadamente R\$ 231,1 milhões, sendo que, os benefícios previdenciários e assistenciais, segunda maior variação diminutiva, sofreram aumento de 15%, em 2025, e respondem por 19% das VPDs.

### 3.3 BALANÇO FINANCEIRO

Este demonstrativo está fundamentado no art. 103 da Lei nº 4.320/1964, apresentando os ingressos e os desembolsos de natureza orçamentária e extraorçamentária, conjugados com os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior e os que transferem saldos para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro e sua finalidade principal é evidenciar a totalidade das movimentações financeiras de entrada e de saída que impactam o Caixa e Equivalentes de Caixa, possibilitando a apuração do resultado financeiro.

O quadro 22 apresenta este demonstrativo referente aos dois últimos exercícios, de modo que os resultados podem ser confirmados com a conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresentadas no Balanço Patrimonial.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>597.456.140,14</b>	<b>385.566.499,34</b>
Não Vinculada	49.543.509,49	39.428.676,99
Vinculada	547.912.630,65	346.137.822,35
Demais Vinculações Decor. de Transferências	405.000,00	-
Outras Vinculações de Recursos	547.507.630,65	346.137.822,35
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>4.162.557.609,17</b>	<b>3.818.108.113,16</b>
Transf. Recebidas para a Execução	4.155.777.634,05	3.814.229.955,29
Transf. Recebidas Indep. da Execução	6.779.975,12	3.878.157,87
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>9.868.161.192,14</b>	<b>8.156.238.630,05</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	17.275.005,35	9.950.667,84
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	14.179,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.850.886.186,79	8.146.273.782,62
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>8.204.836.585,23</b>	<b>8.284.094.622,90</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	8.204.836.585,23	8.284.094.622,90
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>22.833.011.526,68</b>	<b>20.644.007.865,45</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>		
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>4.108.016.606,63</b>
Não Vinculada	3.371.066.900,95	3.133.273.533,83
Vinculada (Exceto RPPS)	494.658.986,78	382.920.192,87
Vinculada ao RPPS	783.863.317,66	591.822.879,93
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>23.821.490,84</b>	<b>99.770.394,43</b>
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	17.041.515,72	4.053.450,61
Transf. Concedidas Indep. da Execução	6.779.975,12	3.878.157,87
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	91.838.785,95
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>9.102.185.147,43</b>	<b>8.231.384.279,16</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	4.011.164,47	7.968.562,05
Pagamento de Restos a Pagar Processados	14.179,59	4.053.450,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.098.159.803,37	8.223.415.717,11
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>9.057.415.683,02</b>	<b>8.204.836.585,23</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	9.057.415.683,02	8.204.836.585,23
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>22.833.011.526,68</b>	<b>20.644.007.865,45</b>

Quadro 22: Balanço Financeiro

As receitas orçamentárias são classificadas como vinculadas e não vinculadas. As não vinculadas são livres de alocação entre a origem e a aplicação dos recursos, podendo atender quaisquer finalidades, conforme se apresenta no quadro 23.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	DESCRIÇÃO	SALDO
1321.01.0.1.54 1.501.282.000	Remuneração de Disp. Bancária	40.640.515,56
1361.01.1.1.02 1.501.260.000	Manutenção da Folha de Pagamento	6.401.451,67
1611.02.0.1.02 1.501.240.000	Taxas de concurso público	965.007,49
1911.08.0.1.03 1.501.269.000	Outras Receitas - Multa Sentença Penal Condenatória	151.400,54
1911.09.0.1.02 1.501.269.000	Outras Receitas - Multa Contratual	8.036,37
1921.03.0.1.03 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	309.708,00
1922.06.3.1.30 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	15.822,00
1922.06.3.3.30 1.501.269.000	Dívida Ativa da Recuperação - DEA	334,20
1922.06.3.4.30 1.501.269.000	Multas e Juros da Dívida Ativa - DEA	515,13
1999.99.2.1.99 1.501.269.000	Outras Receitas - Taxas diversas	1.050.718,53
<b>Total</b>		<b>49.543.509,49</b>

**Quadro 23: Receitas Orçamentárias Não Vinculadas**

As receitas orçamentárias vinculadas têm sua destinação previamente determinada em lei, devendo os recursos serem aplicados obrigatoriamente em finalidades específicas.

No quadro 24, demonstram-se as receitas vinculadas arrecadadas em 2025.

CÓDIGO/FONTE DE RECURSOS	DESCRIÇÃO	SALDO
1321.01.0.1.58 1.799.283.000	Remuneração Spread SIDEJUD	528.947.258,83
1321.01.0.1.11 1.799.282.096	Spread Precatórios Estado	16.762.933,76
1321.01.0.1.11 1.799.282.094	Spread de Precatórios-Municípios	1.536.942,38
1741.99.0.1.01 1.703.228.000	Outras Transferências de Instituições Privadas	405.000,00
1922.06.3.1.15 1.799.283.000	Remuneração Spread SIDEJUD	7.444,28
2213.01.0.1.02 1.756.298.000	Receita de Leilão de Veículos	253.051,40
<b>Total</b>		<b>547.912.630,65</b>

**Quadro 24: Receitas Orçamentárias Vinculadas**

A participação na RLD do Estado está registrada na conta Transferências Recebidas para Execução Orçamentária. Os depósitos restituíveis e os valores vinculados incluem, sobretudo, os recebimentos para pagamento de depósitos judiciais e precatórios do estado e municípios.

A despesa orçamentária está totalizada pelo montante empenhado no exercício, do qual, aproximadamente, R\$ 17,3 milhões não foram liquidados, sendo inscritos em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários.

### 3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e por origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita

realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou à insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e por grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É composto pelos quadros das Receitas Orçamentárias, que adota o regime de caixa (quadro 25); das Despesas Orçamentárias (quadro 26) e dos Restos a Pagar não Processados, pelo regime de competência (quadro 28).

### 3.4.1 Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias previstas, atualizadas e arrecadadas estão demonstradas no quadro 25.

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>226.764.645,00</b>	<b>226.764.645,00</b>	<b>597.203.088,74</b>	<b>370.438.443,74</b>
Receita patrimonial	219.048.195,00	219.048.195,00	594.289.102,20	375.240.907,20
Receita de serviços	7.144.506,00	7.144.506,00	965.007,49	6.179.498,51
Transferências Correntes	-	-	405.000,00	405.000,00
Outras Receitas Correntes	571.944,00	571.944,00	1.543.979,05	972.035,05
<b>Receitas de Capital</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>253.051,40</b>	<b>253.051,40</b>
Alienação de bens	-	-	253.051,40	253.051,40
<b>Total Receitas</b>	<b>226.764.645,00</b>	<b>226.764.645,00</b>	<b>597.456.140,14</b>	<b>370.691.495,14</b>
<b>Déficit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.052.133.065,25</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>226.764.645,00</b>	<b>226.764.645,00</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>370.691.495,14</b>
<b>Superávit Financeiro</b>	<b>-</b>	<b>438.745.532,66</b>	<b>712.278.495,14</b>	<b>-</b>

#### Quadro 25: Receitas Orçamentárias

A principal receita corrente é a patrimonial, sendo oriunda, principalmente, da remuneração de aplicações financeiras. As receitas de serviços e outras receitas correntes decorrem da arrecadação de taxas judiciais, concursos, multas contratuais e outras.

O déficit orçamentário, de aproximadamente de R\$ 4,05 bilhões, resultou da diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. Isso ocorre, principalmente, porque parte significativa dos recursos decorre da participação na Receita Líquida Disponível (RLD), cuja arrecadação é realizada e contabilizada pelo Tesouro do Estado e repassada mensalmente ao Tribunal, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cujo percentual é de 9,41%.

### 3.4.2 Despesas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário apresenta o quadro das despesas orçamentárias individualizadas em correntes e de capital, conforme se demonstra no quadro 26.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>Despesas correntes</b>	<b>3.311.428.782,00</b>	<b>4.832.854.151,99</b>	<b>4.648.105.537,99</b>	<b>4.630.846.569,04</b>	<b>4.630.846.569,04</b>	<b>184.748.614,00</b>
Pessoal/enc.sociais	2.457.164.746,00	3.942.770.971,76	3.809.562.907,74	3.809.562.907,74	3.809.562.907,74	133.208.064,02
Out. desp. correntes	854.264.036,00	890.083.180,23	838.542.630,25	821.283.661,30	821.283.661,30	51.540.549,98
<b>Desp.de Capital</b>	<b>1.910.833,00</b>	<b>2.640.395,26</b>	<b>1.483.667,40</b>	<b>1.467.631,00</b>	<b>1.467.631,00</b>	<b>1.156.727,86</b>
Investimentos	1.910.833,00	2.640.395,26	1.483.667,40	1.467.631,00	1.467.631,00	1.156.727,86
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>3.313.339.615,00</b>	<b>4.835.494.547,25</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>4.632.314.200,04</b>	<b>4.632.314.200,04</b>	<b>185.905.341,86</b>
Superávit	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.313.339.615,00</b>	<b>4.835.494.547,25</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>4.632.314.200,04</b>	<b>4.632.314.200,04</b>	<b>185.905.341,86</b>

#### Quadro 26: Despesas Orçamentárias

A dotação inicial foi atualizada em 46%, com créditos suplementares. Não ocorreram créditos especiais ou extraordinários. Os créditos não utilizados totalizaram aproximadamente R\$ 186 milhões, equivalentes a 4% da dotação atualizada. A despesa empenhada foi superior à liquidada em 0,37%, restando R\$ 17,3 milhões, inscritos em restos a pagar não processados, cujo saldo não liquidado até 26 de fevereiro de 2026 será cancelado.

O quadro 27 apresenta as despesas orçamentárias a partir da dotação atualizada, onde observa-se que foram empenhadas 96% das despesas orçadas, das quais, 82% são destinadas a pessoal e encargos sociais.

Grupo de Natureza	Dotação Atual	Empenhado	Perc.	Liquidado	Perc.	Pago	Perc.
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.942.770.971,76	3.809.562.907,74	97%	3.809.562.907,74	100%	3.809.562.907,74	100,00%
3 - Outras Despesas Correntes	890.083.180,23	838.542.630,25	94%	821.283.661,30	98%	821.283.661,30	100,00%
4 - Despesas de Capital	2.640.395,26	1.483.667,40	56%	1.467.631,00	99%	1.467.631,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>4.835.494.547,25</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>96%</b>	<b>4.632.314.200,04</b>	<b>100%</b>	<b>4.632.314.200,04</b>	<b>100,00%</b>

#### Quadro 27: Demonstrativo da Execução das Despesas Orçamentárias

A execução dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) está demonstrada no quadro 28.

ESPECIFICAÇÃO	RPNP INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Ex. Anter.	Em 31/Dez/2024				
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>9.567.736,84</b>	<b>3.628.233,47</b>	<b>3.628.233,47</b>	<b>5.939.503,37</b>	-
Pessoal/Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Outras Desp. Correntes	-	9.567.736,84	3.628.233,47	3.628.233,47	5.939.503,37	-
<b>Despesas de Capital</b>	-	<b>382.931,00</b>	<b>382.931,00</b>	<b>382.931,00</b>	-	-
Investimentos	-	382.931,00	382.931,00	382.931,00	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>9.950.667,84</b>	<b>4.011.164,47</b>	<b>4.011.164,47</b>	<b>5.939.503,37</b>	-

#### Quadro 28: Demonstrativo de Restos a Pagar Não Processados

Do total de RPNP, 60% foram cancelados e o restante, liquidado e pago. Referente às despesas correntes, foram cancelados 62%, enquanto das despesas de capital não houve cancelamentos. Destaca-se que, esses recursos somente poderão ser incluídos no orçamento do exercício seguinte ao cancelamento.

No quadro 29, demonstra-se o resultado orçamentário do exercício, onde são consideradas as receitas realizadas e as despesas empenhadas.

RECEITAS			DESPESAS		
Descrição	Valor	%	Descrição	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>597.203.088,74</b>	<b>12,84%</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>4.648.105.537,99</b>	<b>99,97%</b>
Receita Patrimonial	594.289.102,20	12,78%	Pessoal e Encargos Sociais	3.809.562.907,74	81,94%
Outras Receitas Correntes	1.543.979,05	0,03%	Outras Despesas Correntes	838.542.630,25	18,03%
Receita de Serviços	965.007,49	0,02%	<b>Despesas de Capital</b>	<b>1.483.667,40</b>	<b>0,03%</b>
Transferências correntes	405.000,00	0,01%	Investimentos	1.483.667,40	0,03%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>253.051,40</b>	<b>0,01%</b>			
Alienação de Bens	253.051,40	0,01%			
<b>Subtotal</b>	<b>597.456.140,14</b>	<b>12,85%</b>	<b>Subtotal</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>100,00%</b>
<b>Déficit</b>	<b>4.052.133.065,25</b>	<b>87,15%</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00%</b>	
<b>Total</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>100,00%</b>	<b>Total</b>	<b>4.649.589.205,39</b>	<b>100,00%</b>

#### Quadro 29: Resultado Orçamentário

Verifica-se que o resultado é deficitário, pois, os repasses decorrentes da participação na Receita Líquida Disponível (RLD) são a principal fonte de recursos dessa unidade gestora, sendo a receita lançada no Tesouro do Estado, onde ocorre a arrecadação.

### 3.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

Esta demonstração é composta pelos quadros principal (quadro 30), de transferências recebidas e concedidas (quadro 31), desembolsos de pessoal e demais despesas por função (quadro 32) e de juros e encargos da dívida.

A DFC apresenta os fluxos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, decorrentes das entradas e das saídas de caixa relacionadas à execução orçamentária do próprio órgão e as movimentações relativas a transferências intraorçamentárias, resultando na geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa. Os fluxos de caixa consistem nas entradas e nas saídas de recursos financeiros, incluindo o investimento do excesso de caixa.

Caixa compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, enquanto, Equivalentes de Caixa representam as aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que não oferecem riscos.

No quadro 30, verifica-se que o ingresso de recursos foi superior ao desembolso, resultando em uma geração líquida de caixa de aproximadamente R\$ 100 milhões, enquanto, no exercício anterior, essa geração foi negativa em 785 mil reais.

Ao se analisar os fluxos, observa-se que, enquanto, os ingressos aumentaram em 13%, os desembolsos cresceram 11%. Logo, a diferença a maior de dois pontos percentuais nos ingressos contribuiu para a geração de um resultado positivo, ao contrário do que ocorreu no exercício anterior.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>4.759.760.697,91</b>	<b>4.203.255.242,50</b>
Receita Patrimonial	6.401.451,67	5.333.543,52
Receita de Serviços	965.007,49	5.090.538,88
Remuneração das Disponibilidades	587.887.650,53	373.033.890,36
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.543.979,05	1.689.156,58
Transferências Recebidas	405.000,00	
Outros ingressos operacionais	4.162.557.609,17	3.818.108.113,16
<b>Desembolsos</b>	<b>4.658.164.780,30</b>	<b>4.203.314.883,85</b>
Pessoal e demais despesas	4.410.233.069,62	3.823.765.433,31
Transferências concedidas	224.110.219,84	279.779.056,11
Outros desembolsos operacionais	23.821.490,84	99.770.394,43
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</b>	<b>101.595.917,61 -</b>	<b>59.641,35</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>253.051,40</b>	<b>419.370,00</b>
Alienação de bens	253.051,40	419.370,00
<b>Desembolsos</b>	<b>1.850.562,00</b>	<b>1.144.745,50</b>
Aquisição de ativo não circulante	1.850.562,00	1.144.745,50
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II) -</b>	<b>1.597.510,60 -</b>	<b>725.375,50</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II)</b>	<b>99.998.407,01 -</b>	<b>785.016,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	658.725.043,84	659.510.060,69
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	758.723.450,85	658.725.043,84

**Quadro 30: Demonstração dos Fluxos de Caixa**

O quadro 31 demonstra as transferências recebidas e concedidas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS E CONCEDIDAS	2025	2024
<b>RECEBIDAS</b>		
Outras transferências recebidas	405.000,00	-
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>405.000,00</b>	<b>-</b>
<b>CONCEDIDAS</b>		
Intragovernamentais	223.990.219,84	279.719.056,11
Outras transferências concedidas	120.000,00	60.000,00
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>224.110.219,84</b>	<b>279.779.056,11</b>

**Quadro 31: Quadro das transferências recebidas e concedidas**

No quadro 32, estão especificadas as despesas de pessoal e demais despesas, individualizadas por função.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Judiciária	3.584.353.821,12	3.099.973.543,63
Previdência Social	824.096.648,50	723.791.889,68
Saúde	1.782.600,00	-
<b>Total Desembolsos Pessoal e Demais Despesas por função</b>	<b>4.410.233.069,62</b>	<b>3.823.765.433,31</b>

**Quadro 32: Quadro de Desembolsos de Pessoal e demais Despesas por Função**

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa é composta por depósitos de recursos próprios e temporários de terceiros, realizados em contas correntes do Banco do Brasil; depósitos de cauções contratuais, em contas poupança no referido banco, e os depósitos de precatórios do estado e dos municípios, em contas especiais da Caixa Econômica Federal.

Os saldos dessas contas são aplicados no mercado financeiro, conforme se evidencia no quadro 33.

Conta Bancária	Conta Corrente	Conta Poupança	Fundo CCRFCP Diferenciado	Fundo Atlas FIFRF	Fundo FTJCase FIFRF-RL	Total
001 035823 0000058211	-	-	-	-	-	-
001 035823 0000062154	-	87,27	-	-	-	87,27
001 035823 0000062618	-	36.465,44	-	-	-	36.465,44
001 035823 0000064076	-	6.926,49	-	-	-	6.926,49
001 035823 0000064270	-	-	-	-	-	-
001 035823 0000070432	-	39.416,63	-	-	-	39.416,63
001 035823 0000410004	-	176.925,99	-	-	-	176.925,99
001 035823 0000421006	-	39.827,67	-	-	-	39.827,67
001 035823 0038002361	-	81.659,07	-	-	-	81.659,07
001 035823 0038002981	-	13.086,40	-	-	-	13.086,40
001 035823 0038003317	-	19.106,01	-	-	-	19.106,01
001 035823 0000300004	2.101,57	-	405.499,48	236.604.263,84	-	237.011.864,89
001 035823 0000330000	-	-	474.214,86	521.302.251,74	-	521.776.466,60
001 035823 0000380008	2.392,13	-	-	-	-	2.392,13
104 008796 0000000077	10.450.801,98	-	-	-	8.096.709.195,42	8.107.159.997,40
104 008796 0000000239	-	-	-	-	38.679.580,35	38.679.580,35
104 008796 0000000247	-	-	-	-	152.371.880,68	152.371.880,68
<b>Total</b>	<b>10.455.295,68</b>	<b>413.500,97</b>	<b>879.714,34</b>	<b>757.906.515,58</b>	<b>8.287.760.656,45</b>	<b>9.057.415.683,02</b>

**Quadro 33: Demonstrativo de Investimentos dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os depósitos das cauções contratuais estão depositados em contas poupança e são remunerados pela Taxa Referencial (TR) e pela SELIC, de acordo com os índices aplicados pelo Banco Central e rentabilidade mensal. A liberação dos recursos ocorre ao final do recebimento do objeto contratado ou, pode ser revertido em receita, em caso de descumprimento contratual.

Os recursos dos depósitos judiciais e precatórios são aplicados no Fundo de Investimento CAIXA FTJ, de “Renda Fixa”, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado, figurando como cotista, o Poder Judiciário e, como administradora, a Caixa Econômica Federal. A carteira de ativos financeiros é diversificada, com taxas de juros prefixados, pós-fixados (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, inexistindo garantia ou promessa de rentabilidade. O prazo médio da carteira pode ser superior a 365 dias.

Os ativos financeiros estão expostos diretamente ao risco das variações das taxas de juros e sujeitos às oscilações decorrentes do ágio/deságio dos títulos. A carteira é composta integralmente de títulos de emissão do Tesouro Nacional, podendo ocorrer redução da rentabilidade ou mesmo perda do capital investido. A taxa de administração é de 0,08% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo. Esse fundo possui contabilidade própria.

Os componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa e a conciliação dos valores da Demonstração dos Fluxos de Caixa com os respectivos itens do Balanço Patrimonial estão demonstrados no quadro 34.

Conta Bancária	Fonte de Recursos	Caixa e Equivalentes de Caixa		
		BP	DFC	Recursos Terceiros
001 035823 0000300004	1.500.100.000	6.037.357,10	6.037.357,10	-
001 035823 0000300004	1.501.101.000	1.397.359,75	1.397.359,75	-
001 035823 0000300004	1.501.240.000	62.505,66	62.505,66	-
001 035823 0000300004	1.501.260.000	6.401.451,67	6.401.451,67	-
001 035823 0000300004	1.501.269.000	1.531.029,99	1.531.029,99	-
001 035823 0000330000	1.501.269.000	5.504,78	5.504,78	-
001 035823 0000300004	1.501.282.000	40.435.342,10	40.435.342,10	-
001 035823 0000300004	1.703.228.000	318.600,00	318.600,00	-
001 035823 0000300004	1.756.298.000	253.051,40	253.051,40	-
001 035823 0000330000	1.799.282.094	1.452.787,18	1.452.787,18	-
001 035823 0000330000	1.799.282.096	16.167.411,93	16.167.411,93	-
001 035823 0000330000	1.799.283.000	408.385.483,74	408.385.483,74	-
001 035823 0000300004	2.500.100.000	42.317,22	42.317,22	-
001 035823 0000300004	2.501.101.000	16.863.693,37	16.863.693,37	-
001 035823 0000300004	2.501.240.000	7.526.161,20	7.526.161,20	-
001 035823 0000300004	2.501.260.000	28.451.825,76	28.451.825,76	-
001 035823 0000300004	2.501.269.000	5.035.736,32	5.035.736,32	-
001 035823 0000300004	2.501.282.000	83.515.761,32	83.515.761,32	-
001 035823 0000300004	2.755.198.000	311.500,80	311.500,80	-
001 035823 0000300004	2.756.298.000	4.369.334,26	4.369.334,26	-
001 035823 0000300004	2.760.282.062	34.394.256,33	34.394.256,33	-
001 035823 0000330000	2.799.282.094	8.596.678,58	8.596.678,58	-
001 035823 0000330000	2.799.282.096	8.724.546,86	8.724.546,86	-
001 035823 0000330000	2.799.283.000	78.443.753,53	78.443.753,53	-
001 035823 0000330000	1.862.999.000	300,00	-	300,00
001 035823 0000300004	1.862.999.000	64.580,64	-	64.580,64
104 008796 0000000239	1.860.999.000	38.679.580,35	-	38.679.580,35
104 008796 0000000247	1.860.999.000	151.658.450,87	-	151.658.450,87
104 008796 0000000247	1.862.999.000	713.429,81	-	713.429,81
001 035823 0000380008	1.861.999.000	2.392,13	-	2.392,13
104 008796 0000000077	1.861.999.000	8.107.159.997,40	-	8.107.159.997,40
001 035823 Ctas Poupança	1.862.999.000	413.500,97	-	413.500,97
<b>TOTAL</b>		<b>9.057.415.683,02</b>	<b>758.723.450,85</b>	<b>8.298.692.232,17</b>

**Quadro 34: Demonstrativo de Conciliação dos Componentes de Caixa e Equivalentes de Caixa**

Verifica-se, portanto, que as diferenças entre as disponibilidades financeiras presentes no Balanço Patrimonial e ausentes na Demonstração do Fluxo de Caixa estão relacionadas aos recursos extraorçamentários, ou seja, que pertencem a terceiros e que estão temporariamente em poder do Poder Judiciário, com destaque para os depósitos judiciais e os precatórios.

## 4 PRÁTICAS DE CONFORMIDADE CONTÁBIL E GESTÃO

A conformidade contábil e de gestão é realizada diariamente, sendo parte integrante das atividades sob a responsabilidade das equipes da Divisão de Contabilidade, vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF). Nesse sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Conformidade da Documentação Comprobatória da Despesa: a conformidade dos documentos comprobatórios das despesas, como, empenhos, notas fiscais, retenções tributárias e outros documentos inerentes, é realizada pela Divisão de Contabilidade através das Seções de Liquidação de Despesas e Seção de Retenções Tributárias. Essas verificações fazem parte da rotina diária das seções e a despesa só é liquidada e encaminhada para pagamento após a regularidade da documentação. Trata-se de procedimentos não formalizados no sistema SIGEF, tendo em vista que o Tribunal de Justiça segue metodologia diferenciada da utilizada pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Obrigações Acessórias: todas as obrigações acessórias das unidades gestoras FRJ e TJSC foram cumpridas integralmente, utilizando o CNPJ 83.845.701/0001-59, tanto as municipais quanto as federais. Foram apresentadas mensalmente declarações fiscais de retenção e substituição de ISSQN a 113 municípios do estado de Santa Catarina. A EFD-REINF, o E-Social e a DCTFWEB foram enviados mensalmente, a partir da exigência legal, enquanto a DCTF sem movimento e a DIRF, anualmente, exceto os arquivos de retificação, enviados conforme a necessidade.
- PASEP: as obrigações decorrentes do pagamento do Pasep são realizadas pelo Poder Executivo. Os valores do Pasep sob a responsabilidade do TJSC foram encaminhados ao Tesouro do Estado, por descentralização financeira, tendo em vista que o recolhimento ocorre de forma centralizada;
- Conciliação Bancária: a conciliação bancária foi realizada pela Divisão de Tesouraria, vinculada à DOF. Verificou-se que todos os registros de saída e entrada de valores financeiros foram devidamente conciliados, não havendo diferenças de saldos entre os registros apresentados pela contabilidade e os constantes nos extratos bancários.

## 5 REGULARIDADE DOS INVENTÁRIOS

Os materiais e bens do poder judiciário são administrados pela Diretoria de Material e Patrimônio (DMP). A mesma diretoria é responsável por realizar anualmente o inventário dos materiais em almoxarifado e bens em estoque e patrimoniais.

Para a realização do inventário dos materiais e bens em estoque, foi constituída Comissão Especial, composta por servidores lotados nas Divisões de Almoxarifado e Patrimônio da DMP. Foram designados os seguintes membros:

- Adriana Amélia Machado, TJA lotada na DMP/DP Seção de Controle Patrimonial;
- Daniela Montanha de Mesquita, TJA lotada na DMP/DA Seção de Recebimento de Material;
- Luiz Artur Napoleão, TJA lotado na DMP/DA Seção de Atendimento e Expedição de Materiais;
- Marcos Antônio de Lima, AAA lotado na DMP/DP Seção de Controle Patrimonial;
- Walmor Grando, TJA, lotado na DMP/Divisão de Almoxarifado.

Após a conclusão dos trabalhos, a comissão emitiu e assinou a declaração de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado.

O inventário dos bens patrimoniais é realizado anualmente, entre os meses de junho e agosto, pelos chefes de setores onde os bens estão lotados.

O inventário dos bens intangíveis fica sob a incumbência da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). Porém, as declarações de inventário físico de bens móveis permanentes e da existência de bens intangíveis foram assinadas pelo diretor da Diretoria de Material e Patrimônio e pelo Diretor-Geral Administrativo. As declarações foram anexadas às demonstrações contábeis protocoladas no TCE-SC, como parte da Prestação de Contas Anual.

**Contadora do Tribunal de Justiça**

**CRC/SC 021875**